

**NARRATIVAS SINGULARES NUMA PESQUISA PLURAL:
RELATOS DE EXPERIÊNCIAS DE ACADÊMICOS CEGOS**

*Singular Narratives in a Plural Research:
Experience Reports of Blind Academics*

Simone de Fátima Colman MARTINS
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal do Paraná
simcolman@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-6357-5122>

Francisco Javier Calvo del OLMO
Universidade Federal do Paraná
francisco.olmo@ufpr.br
<https://orcid.org/0000-0003-0139-7639>

RESUMO: Este artigo apresenta o recorte de uma pesquisa de doutorado, a qual visou investigar o contexto das produções textuais na perspectiva de acadêmicos cegos ou com baixa visão da Associação de Pais e Amigos do Deficiente Visual em Ponta Grossa, doravante APADEVI/PG. Metodologicamente, a investigação é qualitativa e os dados foram obtidos através de dois instrumentos: dez entrevistas de grupo focal e nove entrevistas individuais semiestruturadas, todas realizadas nas dependências da APADEVI/PG. Neste artigo apresentamos relatos de experiências de quatro acadêmicos cegos em relação à escrita dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC). Os acadêmicos expõem os desafios, bem como as realizações alcançadas nesse percurso. Assim, compartilhamos ações realizadas durante a pesquisa, buscamos ampliar o conhecimento sobre estas realidades singulares, refletir sobre nossa atuação diante dessas situações a fim de romper estereótipos, desconhecimentos e preconceitos em relação aos acadêmicos cegos e com baixa visão. **PALAVRAS-CHAVE:** Relato de Experiências; Acadêmicos cegos/baixa visão; Linguagens invisibilizadas; Realidades Singulares.

ABSTRACT: This article presents the cut of a doctoral research, which aimed to investigate the context of textual productions from the perspective of blind or low vision academics of the Association of Parents and



Friends of the Visually Impaired in Ponta Grossa, henceforth APADEVI/PG. Methodologically, the investigation is qualitative and the data were obtained through two instruments: ten interviews with focus group and nine semi-structured individual interviews, all carried out in the premises of APADEVI/PG. In this clipping we present reports of experiences of blind academics about the writing process of undergraduate dissertation. They expose the challenges, as well as the accomplishments achieved along the way. Thus, we share actions carried out during the research, we seek to expand knowledge about these unique realities, reflect on our performance in these situations in order to break stereotypes, ignorance and prejudice in relation to blind and low vision academics. **KEYWORDS:** Experience Report; Blind/Low Vision Academics; Invisible Languages; Singular Realities.

INTRODUÇÃO

Meu nome é Simone, sou uma mulher de 45 anos, tenho 1,70 de altura e 74 quilos. Minha pele é clara e meus cabelos escuros, lisos, na altura dos ombros. Tenho olhos castanhos, sobrancelhas grossas e arqueadas, nariz grande, fino e a boca fina também. Estou no escritório da minha casa, sentada em frente ao computador, a câmera focaliza do ombro para cima. Uso uma blusa cinza clara, uma calça jeans e tênis escuro. Atrás, ao lado esquerdo para mim e direito para vocês, há uma janela grande com cortinas claras, quase transparentes. Ao lado direito para mim e esquerdo para vocês, uma grande estante, uma das portas está fechada e a outra aberta, há vários livros nas prateleiras, alguns cartões e objetos.

Foi com esta descrição ou Audiodescrição¹ que iniciei a comunicação no Congresso Internacional Plurilinguismo, Ensino de Línguas e Políticas Linguísticas - o PluEnPli², realizado entre 27 e 29 de setembro de 2021, de maneira virtual, pela Universidade Federal do Paraná em parceria com o Departamento de Letras Estrangeiras Modernas (DELEM), o Programa de Pós-Graduação em Letras (PPG-LET) e o Grupo de Pesquisa Flores: Intercompreensão, Didática do Plurilinguismo e Políticas de Línguas. Além das comunicações, o Congresso contou com conferências, minicursos e lançamentos de livros, proporcionando inúmeras reflexões acerca de temas envolvendo o Plurilinguismo, o Ensino de Línguas e as Políticas Linguísticas.

¹ De acordo com Franco e Silva (2010) a audiodescrição compreende a prática de descrever o mundo visual para pessoas não-videntes, ela pode ser expressa de forma oralizada ou escrita.

² Para mais informações sobre o Congresso, consultar <https://www.congressoplunpli.com.br/>

A decisão de iniciar a comunicação com a descrição se deve ao fato de ser uma das aprendizagens oportunizadas pela pesquisa, ou seja, reconhecer a importância da Audiodescrição para as pessoas cegas³ ou baixa visão. Ao fazer este exercício de descrever os acontecimentos, as pessoas e tudo o que está a nossa volta, podemos lembrar que a visão dos acadêmicos com cegueira e baixa visão é uma visão multissensorial, isto é, ela acontece através dos múltiplos sentidos.

Após a comunicação, decidimos - eu e o orientador⁴ - organizarmos o presente artigo, que compreende um recorte da pesquisa de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR) da área de Estudos Linguísticos. A pesquisa teve como objetivo principal analisar o contexto das produções textuais na perspectiva dos acadêmicos cegos e com baixa visão que frequentam a Associação de Pais e Amigos do Deficiente Visual de Ponta Grossa (APADEVI/PG). Ressaltamos que o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFPR por envolver diretamente o trabalho com seres humanos. A aprovação pode ser consultada através do Parecer Consubstanciado nº. 2.754.433.

A pesquisa doutoral se desdobra em uma série de objetivos específicos envolvendo o contexto das produções textuais acadêmicas, entretanto, para este artigo indicaremos uma breve discussão através dos relatos de experiências de quatro acadêmicos cegos. As narrativas apontam particularidades vividas por esses acadêmicos durante a produção do Trabalho de Conclusão de Curso, o TCC.

Reforçamos que além de utilizarmos os termos cegos/baixa visão, identificamos esses estudantes como acadêmicos com diversidade funcional⁵ sensorial. Optamos pelo uso deste termo uma vez que concordamos com as ideias de Romañach e Lobato (2005) e acrescentamos a palavra sensorial, pois entendemos que esses alunos possuem uma

³ De acordo com a professora Patrícia Silva de Jesus, a palavra “cego” não é pejorativa. É a usual. Geralmente, quem acha estranho não convive com pessoas que têm deficiência visual. Os cegos se ofendem, de verdade, com a ausência de acessibilidade.

⁴ Prof. Dr. Francisco J. Calvo del Olmo - Doutor em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor Adjunto no Departamento de Línguas Estrangeiras Modernas (DELEM) da UFPR. Orienta pesquisas junto ao PPG-Letras na área dos Estudos Linguísticos e coordena o mestrado bilateral com a Universidade Grenoble-Alpes (França). Realizou estágio de pós-doutorado no Laboratório Lidilem da Université Grenoble-Alpes (2018-19) como bolsista do programa Capes-Cofecub (Projeto DiproLing). É líder do grupo de pesquisa: Intercompreensão, Didática do Plurilinguismo e Políticas de Línguas – FLORES.

⁵ O termo “diversidade funcional” foi apresentado por Javier Romañach e Manuel Lobato em maio de 2005, no Foro de Vida Independiente. Eles utilizam inclusive a forma abreviada PDF (Pessoa com Diversidade Funcional do original *Persona con Diversidad Funcional*). Os autores explicam a necessidade de se utilizar um termo que propõe a dignidade das pessoas e não termos médicos que reforçam e inferiorizam uma pessoa em relação à outra.

visão diferenciada. Eles enxergam de outras formas ao utilizarem o tato, a audição, a percepção de movimentos, o olfato, as mais variadas sensações que videntes/enxergantes⁶ não percebem e não entendem. No entanto, no decorrer da pesquisa, citamos autores que utilizam e se baseiam nos termos presentes na legislação, por isso, aparecem expressões como pessoas com deficiência visual, a forma abreviada PDV, cegos e baixa visão, pessoas com deficiência (PCD), ou ainda, alunos especiais.

Outro item importante é que propomos reflexões e questionamentos sobre o contexto inclusivo/exclusivo dos ambientes acadêmicos que acabam, muitas vezes, invisibilizando e silenciando esses estudantes (MARTINS; OLMO, 2019). Ao compartilharmos um pouco da realidade e experiências desses acadêmicos queremos mostrar o quanto “é fundamental que a sociedade esteja mobilizada para permitir-lhes acesso a uma vida, pelo menos, digna, sem tantos sacrifícios como os que têm que enfrentar atualmente para que tenham suas necessidades minimamente atendidas” (FONTANA, 2014, p. 60).

Assim, o artigo está organizado em quatro partes. Na introdução explicamos a justificativa, a organização e os objetivos do estudo. Na segunda parte demonstramos uma nova realidade acadêmica com a presença de acadêmicos com diversidade funcional sensorial e questionamos o papel das universidades diante dessa realidade. A terceira parte apresenta os co-construtores⁷ (SOUZA, 2009) da pesquisa e compartilhamos em subseções as experiências relatadas por quatro acadêmicos cegos sobre o processo da escrita do TCC. A quarta e última parte contempla uma breve análise a partir dos relatos e mostra a concretização de algumas ações propostas pela investigação, porque entendemos a necessidade de a pesquisa fazer alguma diferença na vida de todos os envolvidos.

Destacamos que um dos pontos mais importantes é perceber o quanto nós, professores e pesquisadores, temos a aprender com nossos alunos que percebem o mundo com visões diferentes, pois, ao utilizarem as mais variadas sensações e percepções, as pessoas com diversidade funcional sensorial conseguem enxergar além daquilo que os olhos podem ver. Por isso, precisamos compreender a cegueira, não como uma deficiência, mas como uma habilidade a mais (VIGOTSKI, 2019).

A fim de ampliar nosso entendimento sobre a cegueira, incluímos a descrição das imagens que aparecem no decorrer do trabalho, no caso deste artigo, um gráfico.

⁶Videntes/enxergantes são termos utilizados para diferenciar pessoas que utilizam os olhos para ver, da perspectiva de quem não utiliza os olhos.

⁷Termo utilizado pela professora Ana Lúcia Silva Souza, na sua tese de doutorado defendida em 2009 na Universidade de Campinas (UNICAMP). A opção pelo uso do termo é o reconhecimento do papel social da pesquisa na vida dos envolvidos, tanto da pesquisadora como dos participantes e co-construtores da pesquisa.

Nossa intenção é mostrar a importância das descrições em trabalhos acadêmicos escritos, que inúmeras vezes se tornam inacessíveis para universitários com alguma diversidade funcional sensorial. O ideal seria que todos os textos fossem acessíveis, e já existem alguns recursos tecnológicos⁸ para isso. No entanto, sabemos que o assunto ainda é pouco conhecido e discutido na academia e, assim, optamos por apresentar as descrições com a **#PraCegoVer#PraTodosVerem**⁹ tentando divulgar e ampliar a possibilidade de uso desse recurso.

A REALIDADE UNIVERSITÁRIA: ACADÊMICOS COM DIVERSIDADE FUNCIONAL SENSORIAL

Nos últimos anos a educação vem se tornando mais inclusiva, pelo menos no aspecto legislativo e algumas mudanças começaram a ser vistas nos ambientes universitários, ou seja, o aumento do número de acadêmicos com as mais variadas diversidades funcionais.

Isto aconteceu, pois ao estudarem na educação básica das escolas regulares, esses estudantes passaram a participar dos processos de vestibular e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), ingressando em cursos de graduação, tanto em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, quanto em IES particulares. Assim, cada vez mais estudantes e suas famílias reivindicam o direito de ocuparem os espaços acadêmicos e para atender a essas exigências, algumas leis e decretos começaram a alterar a distribuição de vagas nos processos seletivos de ingresso nas universidades.

No âmbito federal, a Lei nº. 13.409 de 28 de dezembro de 2016 prevê a reserva de vagas para pessoas com deficiências nos cursos técnicos de nível médio e ensino superior das instituições federais de ensino. O Decreto nº. 9.034 de 20 de abril de 2017, altera decretos anteriores e destina vagas reservadas para pessoas com deficiência (PCD) em todos os cursos universitários. Como exemplo, indico a quantidade de 119 vagas reservadas para pessoas com deficiências no Vestibular 2020/2021 da UFPR¹⁰. Outra

⁸Como exemplos, citamos alguns recursos disponíveis em programas de edição de textos: opção de colocar texto alternativo para imagens, configuração de títulos e subtítulos, uso de fonte e tamanho adequados, configuração para o idioma do documento para que os leitores de tela possam realizar a leitura.

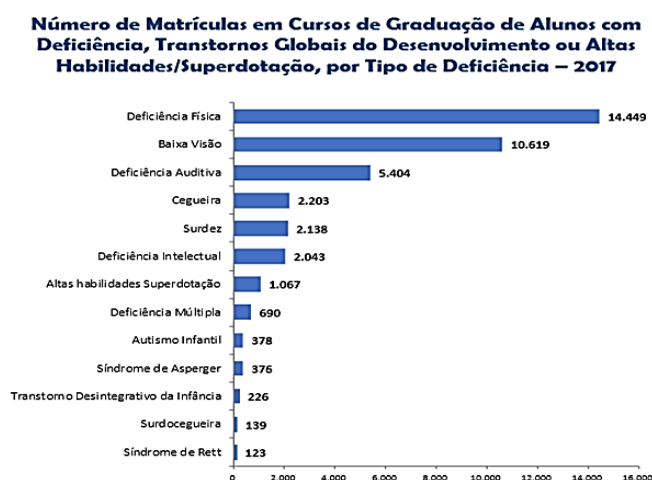
⁹ Projeto de disseminação da cultura da acessibilidade nas redes sociais criado pela professora Patrícia Silva de Jesus, mais conhecida como Patrícia Braille. O projeto tem função educativa/inclusiva e apresenta a Audiodescrição de imagens para apreciação das pessoas com deficiência visual. Refere-se aos videntes que não enxergam o cego e não se dão conta de que pessoas com diversidade funcional sensorial usam as redes sociais.

¹⁰ Para ver o quadro de vagas e as vagas reservadas para PCD consultar o Manual do Candidato, páginas 12 a 17, no link: <https://servicos.nc.ufpr.br/PortalNC/PublicacaoDocumento?pub=2556>

conquista aconteceu, recentemente, a partir da Lei Estadual do Paraná nº. 20.443 de 17 de dezembro de 2020, a lei dispõe sobre a reserva de vagas PCD nas instituições estaduais de ensino superior e de ensino técnico.

Entretanto, antes mesmo de existirem as vagas reservadas, muitos alunos com diversidades funcionais já conseguiam participar dos processos seletivos e ingressar em cursos universitários – como os acadêmicos que participaram desta pesquisa, por exemplo. Para confirmar isso, o último Censo de Educação de Ensino Superior no Brasil, realizado entre os anos de 2009 e 2017, registrou quase o dobro de matrículas de estudantes com diversidades funcionais. De 20.530 matrículas em 2009 para 38.272 em 2017. Entre as diversidades mais comuns estão a deficiência física, a baixa visão, a deficiência auditiva e a cegueira. Podemos observar esta informação de maneira mais detalhada no gráfico do Quadro 1 publicado pelo INEP:

Quadro 1: Número de Matrículas em Cursos de Graduação de Alunos com Diversidades Funcionais



Fonte: INEP (2018)

#PraCegoVer#ParaTodosVerem: Quadro 1: Gráfico - Vertical dividida em tipos de diversidades funcionais. Horizontal intervalos de 2.000 alunos, de 0 até 16.000. Ao lado de cada diversidade, um retângulo indica a quantidade de alunos com diversidades funcionais matriculados em cursos de graduação. De baixo para cima: Síndrome de Rett 123. Surdocegueira 139. Transtorno Desintegrativo de Infância 226. Síndrome de Asperger 376. Autismo Infantil 378. Deficiência Múltipla 690. Altas Habilidades Superdotação 1.067. Deficiência Intelectual 2.043. Surdez 2.138. Cegueira 2.203. Deficiência Auditiva 5.404. Baixa Visão 10.619. Deficiência Física 14.449.

Em relação aos alunos com diversidade funcional sensorial, que são o foco do nosso trabalho, em 2017 foram 12.822 matrículas, das quais 2.203 são de alunos cegos e 10.619 de estudantes com baixa visão. Essa constatação indica a necessidade de observarmos, refletirmos e questionarmos: Como as universidades que recebem tais estudantes vêm lidando com esta realidade?

O dia-a-dia acadêmico oportuniza muito aprendizado e apresenta inúmeros desafios para todos nós, estudantes e professores. No entanto, para os acadêmicos com alguma diversidade funcional, os obstáculos são ainda maiores. Em um de seus artigos, Fontana (2014) afirma que apenas caminhar pelas ruas já exige um grande esforço da pessoa cega.

Pisos irregulares, buracos nas calçadas, falta de pisos táteis e de sinalização sonora são apenas alguns dos entraves que a sociedade e o poder público insistem em ‘proporcionar’ às PDVs. E como se não bastassem as barreiras físicas, as comunicacionais também têm seu lugar. Estas são especialmente cruéis. Trata-se de todo tipo de empecilho para que se estabeleça uma relação dialógica tendente à construção do conhecimento. (FONTANA, 2014, p. 60)

E, se por um lado, as barreiras físicas impedem o acesso, por outro, as barreiras “comunicacionais” dificultam a permanência desses estudantes nos ambientes acadêmicos. Sobre o assunto, Magalhães (2013, p. 49) esclarece que a inserção de estudantes com diversidades funcionais no nível superior de ensino “está ocorrendo de forma lenta e ainda sem mecanismos que sustentem tanto o acesso, quanto a permanência de tal aluno no contexto das exigências peculiares à educação superior”.

A autora reforça que garantir a vaga não é suficiente, pois as universidades devem organizar estratégias a fim de colaborar com o sucesso escolar destes acadêmicos. Ademais, percebemos que a inclusão é estabelecida por meio de leis, com seus artigos, incisos e alíneas; porém, as realidades impõem a exclusão com a indiferença, a hostilidade, a falta de acesso aos ambientes e materiais e alguns processos avaliativos acadêmicos, que muitas vezes se mostram intransponíveis.

Entre os processos avaliativos, destacamos a escrita do TCC, pois verificamos que, no ambiente acadêmico, este trabalho compõe uma das produções mais importantes nos diferentes cursos superiores. Porém, entendemos que o desenvolvimento e aprimoramento da escrita acadêmica decorre de toda a graduação e os alunos devem, no final do curso, apresentar um trabalho escrito coerente com a sua pesquisa, seus objetivos e a metodologia de estudos. Além de escrever com coerência e bons argumentos, o acadêmico deverá

escrever de acordo com as normas de trabalhos científicos, fazendo todas as citações e referências de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em vigor.

No caso dos acadêmicos com diversidade funcional sensorial, a escrita se realiza através do computador com programas de leitores de tela, o mais conhecido é o *Non Visual Desktop Acces* (NVDA¹¹). Por meio do programa, o aluno decora o teclado e os inúmeros comandos para poder acessar às páginas, *sites* e arquivos, assim ele vai ouvindo as informações que aparecem na tela ou o que está digitando. Outro recurso muito usado é a máquina em braile, ela é manual e alguns alunos utilizam na educação básica. Existe também a máquina digitalizada em braile¹² e descobrimos que ela é muito prática e funcional para os acadêmicos cegos que dominam o Sistema Braille¹³, todavia o alto custo a torna inacessível para a maioria da população.

No entanto, antes de iniciar a escrita do TCC, há a necessidade de realizar inúmeras leituras. Muitos livros, textos e artigos estão disponíveis na *internet* e isso é uma grande facilidade para os estudantes em geral, mas há muitos materiais específicos que não são e não estão acessíveis para os acadêmicos com diversidade funcional sensorial. São textos que existem apenas na forma impressa à tinta, ou em formato digital inacessível - quando não estão liberados para leitores de tela - e nestes casos, os acadêmicos precisam de um leitor, ou seja, alguém que esteja disponível para realizar as leituras necessárias.

A APADEVI em Ponta Grossa, assim como outras instituições especializadas, oportuniza a atividade de leitura através do voluntariado. Em algumas universidades acontece a abertura de edital para selecionar leitores/tutores que acompanham os acadêmicos cegos/baixa visão na questão da leitura, da locomoção e na resolução de diversas atividades. Esta ainda não é uma prática presente em todos os ambientes universitários, mas vem se tornando cada vez mais comum, pois foi uma forma que a

¹¹ NVDA é uma plataforma para a leitura de tela, um programa em código aberto que vai “ler” o Windows para facilitar a inclusão digital de deficientes visuais. NVDA é um acrônimo para “*Non Visual Desktop Access*”, traduzido para o português, significa *Desktop* de Acesso Não Visual.

¹² O termo possui três grafias reconhecidas: Braille substantivo próprio, para se referir ao nome do inventor Louis Braille. E as formas braile e a variante braille. O termo é usado para substituir Sistema Braille. Disponível em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/index.php?action=lemma&lemma=107897> Acesso 29 set. 2020.

¹³ Sistema Braille - Processo de leitura em relevo baseada no código militar denominado “escrita noturna”. Inventado em 1829, por Louis Braille, o sistema apresenta seis pontos em relevo, dispostos verticalmente em duas filas de três pontos cada. Os seis pontos formam sessenta e três combinações diferentes, as quais representam o alfabeto, números, sinais de pontuação, símbolos matemáticos, químicos, físicos e notas musicais (FRANCO; DIAS, 2005, p. 3).

academia encontrou para tentar se adaptar à situação e à legislação. Apontamos isso como um avanço, mas reconhecemos que

As mudanças propostas à Universidade pela Educação Inclusiva são de cunho teórico-prático e político visando a: de um lado apresentar novas formas de conceber os atos de planejar, ensinar, aprender e avaliar no ensino universitário e que, frequentemente, revelam desconhecimento, ou mesmo, preconceito com relação às possibilidades de formação em Ensino Superior de pessoas com deficiência”. (MAGALHÃES, 2013, p. 51)

E tais mudanças encontram uma alternativa no processo de adaptação tanto do espaço físico quanto das questões pedagógicas. Em relação aos espaços físicos, percebemos que de maneira lenta as mudanças e adaptações vêm ocorrendo e quanto às pedagógicas a mudança “pressupõe cooperação entre professores e alunos, em uma contínua construção de alternativas que diversificam e ampliam as possibilidades de aprendizagem na sala de aula” (MAGALHÃES, 2013, p. 52). Inúmeras pesquisas e ações estão sendo realizadas em diversas universidades do país e verificamos que a caminhada para se alcançar uma universidade inclusiva e democrática está dando os primeiros passos.

OS CO-CONSTRUTORES DA PESQUISA E A ESCRITA DO TCC

A presente pesquisa, de caráter qualitativo, apresenta características coerentes com a área da Linguística Aplicada (LA) e produziu descrições detalhadas das situações e contextos através de entrevistas semiestruturadas realizadas em dez encontros de grupo tipo focal e nove entrevistas semiestruturadas individuais com os acadêmicos que frequentam a APADEVI/PG e que aceitaram participar do estudo. As entrevistas e os encontros foram realizados nas dependências da APADEVI/PG, entre os meses de abril de 2018 e julho de 2019. As interações foram gravadas em áudio para possibilitar o acesso repetido e menos filtrado possível aos dados.

Além das entrevistas e dos encontros combinados com os co-construtores, realizamos algumas atividades envolvendo os acadêmicos na participação de congressos e produções em parceria. Entre tais atividades destacamos a participação no X CIEL¹⁴, onde apresentamos duas comunicações sobre a pesquisa, o que resultou na escrita de

¹⁴X Ciclo de Estudos da Linguagem e III Congresso Internacional de Estudos da Linguagem - Ciel/2019 na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), realizado entre os dias 29 e 31 de julho de 2019.

um capítulo de livro. O capítulo de livro, intitulado *A Produção Textual do Trabalho de Conclusão de Curso no contexto da Inclusão: desafios e possibilidades*, foi lançado no início de 2020, no formato *e-book* pela editora Pimenta Cultural¹⁵. Nosso intuito, tanto no CIEL, como na escrita do capítulo foi compartilhar um pouco das experiências individuais com a escrita do TCC e divulgar isso dentro da academia. A participação no congresso oportunizou um espaço de discussão sobre essa realidade que ainda se encontra invisível e desconhecida por grande parte de alunos e professores dentro da maioria das universidades, mas que vem se tornando cada vez mais presente nos ambientes acadêmicos.

Nas subseções que seguem, escritas em itálico, transcrevemos trechos que os acadêmicos escreveram para a publicação do *e-book*, com exceção do relato de Alnilan, que foi baseado nos dados da entrevista e dos encontros realizados no período da escrita do TCC.

No *e-book*, os acadêmicos aparecem como coautores e seus nomes são apresentados, porém, por questões éticas envolvendo a pesquisa optamos por apresentá-los com os nomes de estrelas, como na pesquisa original. Mas por que usamos nomes de estrelas? Em primeiro lugar, por não concordarmos com o uso de palavras que entendem os participantes como números, exemplo: participante 1, participante 2 e assim sucessivamente. Em segundo, por serem pessoas únicas, individuais, com suas habilidades, particularidades e limitações, como qualquer pessoa. E em terceiro, porque consideramos que todas as pessoas deixam marcas umas na vida das outras, somos quem somos em contato com o outro. E, por fim, por entender as pessoas como misteriosas, sim, todos nós somos um pouco ou muito misteriosos, e só vamos descobrindo mais sobre o outro conforme vamos convivendo e nos aproximando.

Em relação aos relatos, esclarecemos que aqui - por se tratar de um artigo - aparecem apenas trechos que consideramos importantes para a discussão. Dito isto, vamos aos relatos.

Bacharel em Educação Física – Alnath

Em 2019, concluí o curso Bacharelado em Educação Física numa Instituição de Ensino Superior (IES) particular. Com o diagnóstico Retinose Pigmentar, tenho uma porcentagem mínima de visão periférica, muito restrita. Utilizo a bengala para

¹⁵ O *e-book* está disponível gratuitamente no site da editora. O 10º. capítulo apresenta os trechos escritos pelos acadêmicos, das páginas 221 a 245 e eles aparecem como autores do texto. Para ter acesso ao livro, consultar o link <https://www.pimentacultural.com/pesquisar-resistencia>

me locomover; faço uso do braile em escrita se necessário e em leitura com restrições. Realizo as leituras através de leitores de tela ou através da escuta de leitura oral feita por outras pessoas. A maioria das avaliações do curso eu realizava no computador, algumas eram feitas com o auxílio de leitores e transcritores quando exigiam muitos desenhos. Quanto aos trabalhos escritos, digito tanto no celular, quanto no computador, com o auxílio de leitores de tela.

Para o TCC tive um orientador da instituição, e o processo de escrita foi realizado em dupla, com uma colega de turma, essa é uma possibilidade que a faculdade oferece, pois não aceita co-orientadores de outras instituições.

O tema do meu TCC compreendeu a importância da atividade física no tratamento do câncer de mama. A apresentação aconteceu no dia 6 de novembro de 2019 e o trabalho foi aprovado pela banca. Atualmente, estou formada em Educação Física e curso uma especialização na área, também sou paratleta e participo de competições de atletismo e tenho muitos projetos para o futuro.

Jornalista – Rigel

Concluí o curso de Jornalismo em IES particular no ano de 2019, trabalhei como estagiário na Câmara Municipal de Ponta Grossa, no departamento de Assessoria de Imprensa e administro o site [acessibilidadepg](http://acessibilidadepg.com.br). Com cegueira congênita, eu utilizo a bengala para me locomover; faço uso do braile desde a infância tanto na escrita como na leitura. Utilizo o computador para realizar leituras e produzir textos escritos através de leitores de tela. Na universidade, eu recebia as avaliações do curso em pen-drive e resolvia no computador através de programas de leitura de tela, não precisava do auxílio de leitores ou transcritores. Além do computador, utilizava muito o celular, principalmente para fazer fotografias e consegui me aperfeiçoar nessa atividade.

Para a escrita do TCC eu tive um orientador e uma co-orientadora da instituição na qual estudo, ambos da área do Jornalismo. O meu trabalho abordou o seguinte questionamento: “Quais parâmetros o portal digital de comunicação utiliza para propiciar a acessibilidade de informação às pessoas com deficiência visual?”. O TCC recebeu o título “O webjornalismo inclusivo: uma análise da acessibilidade do Portal a Rede para pessoas com deficiência visual” e foi apresentado no dia 17 de dezembro de 2019. Agora Jornalista, eu trabalho no grupo de Assessoria de Imprensa de um deputado paranaense.

Bacharel em Direito – Adhara

Eu concluí o curso de Bacharelado em Direito em IES particular, no ano de 2019. Já atuei como estagiária voluntária no Centro Jurídico de Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), em Ponta Grossa. No estágio, exercia a atividade de digitação dos termos dos acordos. Com cegueira adquirida aos 13 anos de idade, utilizo a bengala para me locomover e uso o braille desde a adolescência. Na universidade utilizava o computador, realizava leituras e produzia os textos escritos através de leitores de tela, recebia as avaliações do curso em pen-drive e resolvia com o auxílio do computador, por meio de programas de leitura de tela. Além de acadêmica do curso de Direito, sou paratleta e participo de competições de atletismo nas corridas de 100m e 200m.

Para a escrita do TCC, tive um orientador da instituição em que estudava e uma co-orientadora voluntária que auxiliou na leitura e acompanhamento da digitação do texto. Na minha universidade, o TCC corresponde à escrita de um artigo de no máximo 25 páginas para ser publicado posteriormente em periódicos da área jurídica.

A minha pesquisa foi intitulada “A responsabilidade civil do médico e do atleta no doping” e a defesa aconteceu no dia 27 de junho de 2019. Durante a exposição o orientador foi passando os slides, ao todo foram 17 e eu quis memorizar todos para realizar uma boa apresentação. Recebi muitos elogios da banca, fui aprovada com a nota máxima e as professoras sugeriram a publicação do texto no Simpósio Jurídico dos Campos Gerais. Assim, eu fiz a submissão do artigo, apresentei o trabalho no simpósio e dias depois fui convidada para publicar o artigo como capítulo de livro. As alterações e adequações foram feitas e o capítulo foi publicado no início de 2020 em um livro da área jurídica no formato e-book, pela editora Atena¹⁶. Atualmente estou me preparando para o concurso da OAB, estou estudando Espanhol no centro de línguas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e continuo conquistando algumas medalhas em competições de atletismo.

Bacharel em Direito – Alnilan

Ingressei no curso de Direito na UEPG em 2007, aos 34 anos de idade, mas acabei trancando no segundo ano, com duas dependências. Constatei a cegueira aos 40 anos, causada por deslocamento da retina. No final de 2014 conheci a APADEVI/PG e resolvi reabrir o curso, então, em fevereiro de 2015 voltei a frequentar as aulas na UEPG. Senti muita dificuldade para me adaptar, no início o auxílio veio da APADEVI, pois não recebi

¹⁶O livro está disponível no site da editora. O capítulo publicado pela acadêmica é o décimo, página 122 a 133. Para ter acesso ao e-book, consultar o link <https://www.finersistemas.com/atenaeditora/index.php/admin/api/ebookPDF/2954>

nenhum apoio por parte da universidade, nem dos professores, tão pouco dos colegas e eu mesmo não sabia como proceder para estudar. Eu apenas ouvia as aulas e tentava memorizar, nos dias das avaliações havia uma pessoa para ler e escrever para mim. Com o passar do tempo fui percebendo a necessidade de gravar as aulas e para isso passei a utilizar o gravador. Aí, eu chegava em casa e ouvia novamente as explicações e assim fui memorizando os conteúdos. Com o auxílio da família, da APADEVI e aprendendo com tentativas de erros e acertos, consegui concluir as dependências e o segundo ano do curso.

No terceiro ano eu já estava mais adaptado, gravava todas as aulas para ouvir e estudar em casa, quanto aos trabalhos, eram avaliados oralmente e nos dias de provas escritas, uma monitora lia as questões e escrevia as respostas que eu ditava. Fiz o estágio no Núcleo de Práticas Jurídicas, em Ponta Grossa, e concluí o curso em 2018, mas só consegui finalizar a escrita do TCC em 2020. E para poder digitar o trabalho, passei a frequentar as aulas de informática na APADEVI/PG. Decorei o teclado e hoje consigo fazer a digitação, mas é sempre necessário alguém para mim.

Minha pesquisa envolveu um estudo bibliográfico sobre os “Crimes penais tributários” e o processo da escrita aconteceu com o acompanhamento de uma tutora voluntária, que lia os capítulos e artigos que fundamentavam o assunto e eu fazia a digitação do texto. Depois, a tutora fazia uma revisão e organizava a formatação. Além das leituras realizadas pela voluntária, eu tinha acesso a leituras gravadas por outros voluntários da APADEVI/PG e às aulas gravadas nos anos finais do curso. Meu orientador acompanhou o processo da escrita sugerindo leituras e indicando ideias de como melhorar o trabalho escrito.

Devido aos problemas da pandemia, a apresentação do TCC ficou para 2021 e foi realizada de forma virtual, no dia 5 de abril de 2021. Recebi muitos elogios da banca e fui aprovado com a nota 9,5. A colação de grau aconteceu de maneira virtual e atualmente estou aguardando a emissão do certificado, pois quero continuar estudando e já estou me preparando para fazer a prova da OAB.

Eu utilizo a bengala para me locomover e, por ter cegueira tardia, aos 40 anos, não faço uso do braile. Atualmente continuo participando das aulas de informática na APADEVI/PG para poder usar o computador de forma mais autônoma e estou aprendendo a usar o NVDA.

SOBRE POSSIBILIDADES E REALIZAÇÕES

Ao conhecermos estas realidades e experiências podemos perceber que os contextos de produção acadêmica são variados, inclusive pela diversidade dos cursos. É importante ressaltar que os relatos indicados aqui são de quatro acadêmicos cegos totais, entretanto apenas Rigel é cego congênito. Alnath e Adhara ficaram cegas na adolescência, sendo que Alnath possui um resquício de visão periférica. Alnilan ficou cego aos 40 anos de idade.

Devido a essas particularidades, cada um possui um contato diferenciado com o braille e com o uso de leitores de tela. Rigel foi alfabetizado em braille ainda na infância e utilizou a escrita e leitura em braille durante todo o percurso na educação básica, porém, ao ingressar na universidade passou a utilizar o computador devido à quantidade de leitura e a facilidade para escrever/digitar as atividades. Ele explicou que tem facilidade em usar os leitores de tela tanto no computador, quanto no celular. Podemos confirmar isso com um trecho do relato:

Rigel: Faço uso do braille desde a infância tanto na escrita como na leitura. Utilizo o computador para realizar leituras e produzir textos escritos através de leitores de tela. Na universidade, eu recebia as avaliações do curso em pen-drive e resolvia no computador através de programas de leitura de tela, não precisava do auxílio de leitores ou transcritores. (Relato escrito, agosto de 2019)

Alnath e Adhara foram alfabetizadas em braille, mas na adolescência e isso acabou comprometendo a leitura. Na escola regular, a situação das duas é parecida, não havia muita oportunidade para usar o braille e assim, acabavam realizando as atividades através da leitura feita por tutores e colegas. As duas comentaram que conseguem escrever em braille utilizando a máquina, entretanto possuem dificuldades na leitura devido a falta de habilidade e treino. Ao ingressarem na universidade passaram a usar o computador, a escrever e a ler usando os leitores de tela. Vejamos o que aparecem nos relatos sobre isso:

Alnilan: Faço uso do braille em escrita se necessário e em leitura com restrições. Realizo as leituras através de leitores de tela ou através da escuta de leitura oral feita por outras pessoas. A maioria das avaliações do curso eu realizava no computador, algumas eram feitas com o auxílio de leitores e transcritores quando exigiam muitos desenhos. Quanto aos trabalhos escritos, digito tanto no celular, quanto no computador, com o auxílio de leitores de tela. (Relato escrito, agosto de 2019)

Adhara: Uso o braille desde a adolescência. Na universidade utilizava o computador, realizava leituras e produzia os textos escritos através de leitores de tela, recebia as avaliações do curso em *pen-drive* e resolvia

com o auxílio do computador, por meio de programas de leitura de tela.
(Relato escrito, agosto de 2019)

Alnilan possui cegueira tardia, ele ficou cego aos 40 anos de idade e não foi alfabetizado em braile. Quando decidiu voltar ao curso de Direito teve que aprender, por meio de tentativas como é que ele iria gravar os conteúdos, como iria ler e escrever. Na entrevista individual ele revelou que antes de ficar cego possuía muita habilidade para digitar, porém agora sente dificuldade no uso de leitores de tela. A maioria das atividades no curso de graduação eram lidas pelo tutor e ele respondia ditando as respostas. Depois de um tempo, passou a gravar as aulas do curso para estudar em casa e na APADEVI/PG, nas aulas de informática está melhorando e se adaptando ao uso dos leitores de tela. Como podemos ler no relato:

Alnilan: Não faço uso do braile. Atualmente continuo participando das aulas de informática na APADEVI/PG para poder usar o computador de forma mais autônoma e estou aprendendo a usar o NVDA”. (Entrevista Individual, 09/11/2018)

Com relação à escrita e à leitura, percebemos que o uso dos leitores de tela é fundamental para que os acadêmicos possam realizar as atividades acadêmicas. Quanto às habilidades, compreendemos que são bem particulares e estarão sempre associadas ao treino e utilização do recurso, seja da máquina braile ou dos leitores de tela.

Em relação ao TCC especificamente, a maior dificuldade relatada pelos acadêmicos foi a questão da formatação do texto e das normas da ABNT, o que é uma dificuldade comum entre a maioria dos acadêmicos, pois são inúmeras regras que precisam ser seguidas para que os textos sejam aceitos. No sexto encontro realizamos inúmeras discussões em torno da escrita do TCC e uma das acadêmicas afirmou:

Adhara: As normas para escrever o TCC são muito visuais, as margens, o recuo, as citações com fonte de tamanho diferente, os sobrenomes em caixa alta, os leitores não dizem. (6º Encontro de grupo focal, 25/10/2018)

Através da fala de Adhara observamos que os programas de leitores de tela - essenciais nas atividades de leitura e escrita - precisam ser aperfeiçoados para oportunizarem mais independência aos acadêmicos que utilizam o recurso, principalmente na realização de tarefas que envolvem a escrita acadêmica.

Desde o início da pesquisa de doutorado, nosso objetivo foi aprender e construir significações com aqueles que convivem diariamente e diretamente com a realidade acadêmica, no caso, os acadêmicos com diversidade funcional sensorial que são os co-construtores da pesquisa.

De acordo com Martins e Olmo (2019) o uso do braile, a necessidade de descrições orais constantes¹⁷, a utilização de programas de leitores de tela e a presença de leitor/transcritor durante os processos avaliativos e de produção escrita fazem desses acadêmicos uma “minoridade linguística”, pois eles vivenciam um contexto particular dentro das universidades e inúmeras vezes são tratados com indiferença.

Ao observarmos o uso do braile, das descrições e da Audiodescrição, e reconhecê-los como linguagens sensoriais identitárias das pessoas cegas/baixa visão, observamos o quanto essas linguagens continuam invisíveis nos ambientes sociais, entre eles, as escolas/universidades. E apesar dessa invisibilidade, das dificuldades encontradas pelos acadêmicos e das inúmeras barreiras impostas por uma sociedade excludente, estes estudantes estão concluindo os cursos de graduação, ingressando no mundo do trabalho e atuando em sociedade, mostrando o quanto são capazes.

Pensando nisso, nos questionamos sobre as influências da nossa pesquisa na vida e no dia-a-dia dos envolvidos. Obviamente, ao concluir a pesquisa doutoral, a pesquisadora recebe o título de doutora, o orientador terá mais uma orientação no seu currículo, mas quais foram as contribuições na vida daqueles que aceitaram fazer parte do estudo e colaboraram compartilhando suas realidades? O que a pesquisa pode proporcionar? Quais são as influências deixadas na vida dos co-construtores da pesquisa?

Ao refletirmos sobre esses questionamentos e sobre as sugestões dos participantes, tomamos decisões importantes ao longo do estudo para que a pesquisa pudesse ser útil aos co-construtores. Vejamos algumas ações realizadas:

1) A participação nos 10 encontros de grupo focal e na entrevista individual semiestruturada resultou num certificado reconhecido e validado pela UFPR com 25 horas de atividade para cada acadêmico. Assim, eles puderam apresentar o certificado nos seus respectivos cursos.

2) A inscrição e a participação de três acadêmicos no Congresso Internacional de Estudos da Linguagem (CIEL), promovido pela Universidade Estadual de Ponta

¹⁷ De acordo com Dantas (2014) a linguagem é fundamental para o desenvolvimento da pessoa cega, pois é ao mesmo tempo signo e olho. Por isso, ressaltamos a necessidade de realizar descrições de tudo o que acontece a sua volta, as ações, as imagens, os objetos. As descrições/audiodescrições podem ser feitas por pessoas, através da escrita em braile ou por programas de leitores de tela.

Grossa, oportunizou duas comunicações. Isso resultou num certificado de apresentação de comunicação em congresso acadêmico.

3) A escrita de um capítulo de livro no formato *e-book*, no qual os co-construtores foram autores acrescentou uma publicação nos currículos acadêmicos dos estudantes. O convite aconteceu após a participação no Congresso. Ao analisarem a proposta, os acadêmicos aceitaram sem hesitação e após algumas instruções eles escreveram sobre suas experiências. Como dito na seção anterior, o livro foi publicado no início de 2020, com certeza uma grande conquista e um passo para aqueles que pretendem continuar os estudos e ingressar no mestrado.

Além dessas três ações que interferem diretamente na vida acadêmica, outras como a criação de um canal *no youtube*, a participação dos acadêmicos em cursos e palestras e a criação de material didático acessível foram sugestões dos estudantes e realizadas no decorrer da pesquisa. E, de certa forma, este trabalho em conjunto de pesquisadores e co-construtores da pesquisa reforça o quanto podemos aprender e compartilhar conhecimentos.

Magalhães (2013, p. 55) nos explica que “a presença desses alunos na universidade coloca (ou deveria colocar) em xeque as concepções estereotipadas de deficiência que tendem a enfatizar os rótulos e implicam na reprodução de relações de poder presentes na sociedade”, a autora ainda complementa que as universidades devem promover as adaptações curriculares e a construção de espaços formativos aos professores e estabelecer o diálogo desses professores “com - e sobre - seus alunos com deficiência” (MAGALHÃES, 2013, p. 56).

Sobre o assunto, Skliar reforça a importância da formação dos professores e explica:

Se continuarmos a formar professores que possuam somente um discurso racional acerca do outro, *mas sem a experiência que é do/s outro/s*, o panorama continuará obscuro e esses outros seguirão sendo pensados como “anormais”, que devem ser controlados por aquilo que “parecem ser” e, assim, corrigidos eternamente. (SKLIAR, 2006, p. 32, grifo do autor)

Concordamos com o autor e percebemos a necessidade de conhecermos a realidade do outro, nos aproximarmos desta realidade a fim de estabelecer conversas e reflexões em torno das necessidades e possibilidades, aprendendo em conjunto,

vivenciando as experiências que são dos outros, mas não devem reduzir este outro “na mesmice egocêntrica e hegemônica da educação” (SKLIAR, 2006, p. 33).

Assim, as universidades que sempre foram reconhecidas como centros do saber, ao se adaptarem a esta realidade plural podem se transformar em centros do aprender.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Censo da Educação Superior 2017**: Divulgação dos principais resultados. Brasília, DF: MEC/INEP. Set. 2018. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf Acesso em: 09 ago. 2021.

_____. **Decreto-lei nº. 9.034, de 20 de abril de 2017**. Altera o Decreto nº.7.824, de 11 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei nº.12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 de abril de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9034.htm Acesso em: 23 out. 2021.

_____. **Lei nº.13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 de dezembro de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113409.htm Acesso em: 23 out. 2021.

DANTAS, R. A proposta educacional inclusiva: aspectos da legislação. *In*: MEDRADO, B. P. (Org.) **Deficiência visual e ensino de línguas estrangeiras: políticas, formação e ações inclusivas**. Campinas: Pontes Editora, 2014. p. 33-56.

FONTANA, M. V. L. Novas tecnologias e novos olhares: um caminho para a inclusão de pessoas com deficiência visual. *In*: MEDRADO, B. P. (Org.) **Deficiência visual e ensino de línguas estrangeiras: políticas, formação e ações inclusivas**, Campinas: Pontes Editora, 2014, p. 57-76.

FRANCO, J. R.; DIAS, T. R. da S. A pessoa cega no processo histórico: um breve percurso. **Revista Benjamin Constant**, n. 30, abril, 2005. Disponível em: <http://www.ibc.gov.br/?catid=4&itemid=10028> Acesso em: 10 nov. 2021.

FRANCO, E. P. C.; SILVA, M. C. C. C. da. Audiodescrição: breve passeio histórico. *In*: MOTTA, L. M. V. de M; FILHO, P. R. (Org.) **Audiodescrição: transformando imagens em palavras**. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de

São Paulo, 2010. p. 23-42

MAGALHÃES, R. C. B. P. Currículo e inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: reflexões sobre a docência universitária. *In*: MELO, F. R. L. V. de. (Org.) **Inclusão no ensino superior: docência e necessidades educacionais especiais**. Natal: EDUFRN, 2013. p. 45-56.

MARTINS, S. F. C.; OLMO, F. J. C. Exclusão das pessoas cegas: da eliminação nas sociedades antigas à hostilização nas universidades atuais, o que mudou? **Revista X**, Dossiê Visibilidades e (R)existências. v. 14, n. 4, p. 300-321, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/66069> Acesso em: 10 nov. 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretoria de Estatísticas Educacionais - Deep. **Censo da educação superior 2017**: Divulgação dos principais resultados. Brasília, DF, 2018, INEP. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=97041-apresentac-a-o-censo-superior-ultimo&Itemid=30192 Acesso em: 14 fev. 2022.

PARANÁ (Estado). **Lei nº. 20.443, de 17 de dezembro de 2020**. Dispõe sobre o ingresso de pessoas portadoras de deficiência nas instituições estaduais de educação superior e instituições estaduais de ensino técnico. Assembleia Legislativa do Paraná, Curitiba, PR. Disponível em: <https://pcd.mppr.mp.br/galeria/91/100/Lei-Estadual-n-20443-2020-garante-reserva-de-5-de-vagas-para-estudantes-com-deficiencia-nas-instituies-estaduais-de-ensino.html> Acesso em: 21 out. 2021.

ROMAÑACH, J; LOBATO, M. Diversidad funcional, nuevo término para la lucha por la dignidade en la diversidad del ser humano. **Foro de Vida Independiente**. 2005. Disponível em: <http://es.groups.yahoo.com/group/vidaindependiente/> Acesso em: 2 nov. 2021.

SKLIAR, C. A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”. *In*: RODRIGUES, D. (Org.) **Inclusão e Educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006. p. 15-34.

SOUZA, A. L. S. **Letramentos de Reexistência: culturas e identidades no movimento hiphop**. Orientador: Angela Del Carmen B. R. de K. 2009. 219f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/269280/1/Souza_AnaLuciaSilva_D.pdf Acesso em: 10 ago. 2020.

SOUZA, M. P. et al. Habilidades sociais, interação social e a inclusão escolar de uma criança cega. **Revista Educação Especial**. v. 29, n. 55, p. 323-336, maio/ago; 2016. Santa Maria. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X20002> Acesso em 12

nov. 2021.

VIGOTSKI, L. S. **Obras completas – Tomo V: fundamentos da defectologia.** Tradução: Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE). Revisão da tradução: Guillermo Arias Beatón. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2019.

Recebido em: 06 dez. 2021.

Aceito em: 05 mai. 2022.